

EXCLUSÃO SOCIAL

Segundo Guerra (Et al, 2014), no ano de 2010, o Índice de Exclusão Social (IES) foi de 0,63 no Brasil. Em grande medida, os estados das grandes regiões geográficas do Norte e Nordeste foram os principais responsáveis pela situação geral do Índice de Exclusão Social. Alagoas (0,46), Maranhão (0,46) e Pará (0,46) constituem os estados com os piores Índices de Exclusão Social no ano de 2010. No outro extremo, destacam-se os estados de Santa Catarina (0,74), São Paulo (0,72) e Rio Grande do Sul (0,70). A diferença entre os estados de maior e de menor grau de exclusão social foi 60,9% em 2010. Dos 26 estados da federação, mais o Distrito Federal, somente 10 apresentaram, em 2010, índice de exclusão superior ao medido nacionalmente (0,63). Ou seja, 2/3 do total dos estados da federação apresentam índices de exclusão abaixo da média nacional. Para a medida parcial da pobreza no Índice de Exclusão Social, percebe-se que foi de 0,67 em 2010. Ou seja, 6,3% acima da medida nacional da exclusão social no Brasil. Tratando das unidades da federação, constata-se que os estados do Maranhão (9,34), Alagoas (0,40) e Piauí (0,41) apresentaram maior grau de exclusão em termos de pobreza do Brasil em 2010. Santa Catarina (0,89), Distrito Federal (0,84) e Rio Grande do Sul (0,83) foram os estados com menores graus de exclusão social em pobreza. A desigualdade entre o maior e o menor grau de exclusão em pobreza foi de 2,6 vezes entre as unidades da federação brasileira.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou nesta quarta-feira (6/5) dados levantados pelo módulo Rendimento de Todas as Fontes, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Segundo as informações, em 2019, o rendimento médio mensal real do trabalho da parcela da população com rendimentos mais elevados, 1%, era de R\$ 28.659. Em contraponto, 50% da população com menor rendimento ganham R\$ 850, mais de 33 vezes menos que o valor recebido pelo 1% citado. Ainda de acordo com os dados, uma parcela de 10% da população com rendimentos menores detinha um total de 0,8% da massa de rendimento médio mensal real domiciliar per capita. Isso equivale a cerca de R\$ 2,35 bilhões em 2019. Do total, 294,4 bilhões, os 10% que concentram maiores rendimentos correspondiam a 42,9% do montante, cerca de R\$ 107 bilhões. Em relação ao rendimento de todos os trabalhos, o Índice de Gini — criado por Conrado Gini, um matemático italiano, o índice mede o grau de concentração de renda em determinado grupo — para o rendimento de todos os trabalhos ficou estável: 0,509 em 2018 e 2019. Ao analisar o Índice de Gini do rendimento domiciliar per capita, nota-se uma pequena queda. Em 2018 o valor era 0,545; já em 2019, o valor sofre uma ligeira redução, passando para 0,543.

Ao todo, em 2019, 131,2 milhões de pessoas residiam no Brasil. Deste total, 62,6% tinham algum tipo de rendimento. Pessoas que recebem pensão ou aposentaria representam 14,7%, número que mostra estabilidade em relação ao ano anterior, quando o percentual era de 14,6%. Já em 2012, o percentual era 13,1%, 1,6 ponto percentual abaixo do registrado 7 anos depois.